

Maquiavel: a relação entre Fortuna e *virtù*

Rodrigo Tesser¹

1. Introdução

Os conceitos de Fortuna e *virtù* são, para Maquiavel, elementos indissociáveis do sucesso ou insucesso da ação política. São elementos que, entrelaçados, condicionam a própria ação política. O presente estudo tem por objetivo analisar os conceitos de Fortuna e *virtù* como os compreendeu e utilizou Maquiavel. Para tanto, buscarei nas obras *O Príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, bem como nas obras de alguns de seus comentadores, examinar a evolução histórica dos referidos conceitos e compreender como Maquiavel, rompendo com a concepção de seus contemporâneos, os adaptou à sua própria teoria política.

2. O embate entre a Fortuna e a *virtù*

2.1 A Fortuna:

A Fortuna é a inconstância das coisas do mundo, sinônimo de acaso e, para Maquiavel, fonte de possibilidades criativas ao agente político que se mostrar apto a reconhecer suas nuances. É a ocasião que permite o agir político. Sua origem remonta à antiguidade greco-romana, época em que a consideravam como uma *deusa* que distribuía a felicidade e a desgraça, a sorte e o azar. No entanto, os romanos nunca consideraram a Fortuna uma força essencialmente má. Ao contrário, é na religião romana que a Fortuna consolida-se como uma deusa bondosa e confiável, que concedia favores a quem a agradava. Quem atraísse sua simpatia teria honras, riquezas, glória e poder. Por ser mulher, era imprescindível seduzi-la e dominá-la para que os bens que possuía não fossem entregues a

¹ Advogado inscrito na OAB/PR sob o nº 38.566, Pós-graduado em Filosofia do Direito pela UNIOESTE-Universidade do Oeste do Paraná, Mestre em Filosofia pela UNIOESTE-Universidade do Oeste do Paraná.

outros. Skinner (2012, pp. 39-40) formula a pergunta de como podemos atrair a Fortuna e responde afirmando que: “... embora seja uma divindade, a Fortuna é uma mulher; e, como mulher, o que mais a atrai é o vir, o homem verdadeiramente viril. Assim, uma coragem que lhe agrada recompensar em especial é a coragem viril.” De tal modo, a deusa romana normalmente favorece aos corajosos, aqueles que estão dispostos a aproveitar as oportunidades e as vantagens que se apresentarem a eles.

A concepção romana da Fortuna será gradativamente substituída pela ideia de providencia divina. Assim, com a difusão do cristianismo, a figura da boa deusa, disposta a conceder favores a quem seduzi-la, foi substituída por um poder cego, fechado a qualquer influência e que distribui seus bens de forma indiscriminada. Conforme destaca Skinner (1988, pp. 46-7), “já não é vista como uma amiga potencial, mas simplesmente como uma força impiedosa”.

Com o surgimento do Renascimento e sua proposta de recuperação dos valores clássicos, essa concepção da Fortuna como providencia divina foi afastada, retomando-se a concepção de que o homem possui livre arbítrio e, com isso, deve-se traçar uma clara diferenciação entre a Fortuna e os desígnios divinos. Skinner (2002, p. 42) apresenta como se deu a retomada da concepção clássica de Fortuna entre os pensadores italianos anteriores a Maquiavel, informando que:

baseando-se nessa nova atitude em relação à liberdade, os humanistas da Itália quatrocentista puderam reconstruir a imagem clássica completa do papel da Fortuna nos assuntos humanos. Podemos vê-la em ‘Da Família’ de Leon Battista Alberti, no ‘Tratado sobre a Fortuna’ de Giovanni Pontano e, mais notavelmente, no ensaio de Aeneas Sylvius Piccolomini chamado ‘Um sonho da Fortuna’, de 1444.

A concepção de Fortuna que Maquiavel utiliza pode ser considerada, inicialmente e em leitura isolada, como uma concepção herdada dos humanistas italianos e, portanto, clássica, notadamente pela leitura do capítulo XXV de O Príncipe (2007, p. 237), dando a entender que realmente os homens são governados pela Fortuna:

Não ignoro que muitos têm tido e têm a opinião de que as coisas do mundo sejam governadas pela Fortuna e por Deus, de forma que os homens, com sua prudência, não podem modificar nem evitar de forma alguma; por isso

poder-se-ia pensar não convir insistir muito nas coisas, mas deixar-se governar pela sorte.

Esta opinião tornou-se mais aceita nos nossos tempos pela grande modificação das coisas que foi vista e que se observa todos os dias, independente de qualquer conjectura humana. Pensando nisso algumas vezes, em parte inclinei-me em favor dessa opinião. Contudo, para que o nosso livre arbítrio não seja extinto, julgo poder ser verdade que a sorte seja o árbitro da metade das nossas ações, mas que ainda nos deixe governar a outra metade, ou quase.

A mesma concepção humanista é exposta por Maquiavel nos Discursos (p. 288):

Se pensarmos bem em como ocorrem as coisas humanas, veremos que muitas vezes surgem coisas e acontecimentos aos quais os céus não querem de modo algum que se proveja. E, se isso ocorria em Roma, onde havia tanta *virtù*, tanta religião e tanta ordem, não é de surpreender que ocorra com muito mais frequência em cidades ou províncias que careçam de tais coisas. E como esse lugar é notável para mostrar o poder do céu sobre as coisas humanas ...

Prossegue Maquiavel, sobre o mesmo tema (pp. 290)

E a Fortuna, quando quer realizar grandes feitos, escolhe um homem que tenha tanto espírito e tanta *virtù* que perceba as ocasiões que ela oferece. Assim também, quando quer provocar grandes ruínas, incumbe homens que o facilitem. E se houver alguém que possa obstar-lhe, ela o mata ou o priva de todas as faculdades de realizar algum bem.

Com relação à recepção, por Maquiavel, do conceito humanista e, portanto, clássico do termo Fortuna, Skinner (2012, p. 49) afirma que Maquiavel

ao discutir o poder da Fortuna nos negócios humanos [...] se revela um típico representante das atitudes humanistas”, pois invoca no início do capítulo vinte e cinco a crença familiar de que os homens são ‘controlados pela Fortuna e por Deus’, o que é um pressuposto cristão.

No entanto, Maquiavel, no decorrer de suas obras *O Príncipe* (2007) e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (2007), revela uma interpretação nova e adaptada à sua teoria política. Portanto, o movimento utilizado por Maquiavel é o de inicialmente aproximar-se da concepção clássica da Fortuna e, em um movimento sucinto, distribuído em passagens esparsas de suas obras, introduzir sua ruptura conceitual adaptável à sua teoria política. Para Ames (2002, p. 126), no que diz respeito à concepção de Fortuna, Maquiavel

mesmo retomando o sentido originário da deusa Fortuna, não endossa inteiramente nem a tradição dos antigos nem a do humanismo cívico, mais

próximo dele. Recusa-se a aceitar o sentimento de impotência e resignação e pretende mostrar que há racionalidade nas sombras da Fortuna. Quer dizer, pretende dar conselhos para o aumento da capacidade de ação política, mostrar o rosto simpático da deusa, que, segundo ele, pode ser influenciada e determinada favoravelmente através da inteligência, da capacidade de decisão e do êxito.

No mesmo capítulo XXV de *O Príncipe* (2007), em que Maquiavel expõe, inicialmente, uma concepção clássica de Fortuna, é onde inicia a ruptura de Maquiavel e a adaptação do conceito de Fortuna à sua teoria política. Eis o que diz Maquiavel (p. 237): “Contudo, para que o nosso livre arbítrio não seja extinto, julgo poder ser verdade que a sorte seja o árbitro da metade das nossas ações, mas que ainda nos deixe governar a outra metade, ou quase.” É justamente nessa porta entreaberta que a *virtù* do agente político tem passagem para aproveitar-se da ocasião criada pela Fortuna – ou pela abertura parcial da porta - e apoderar-se de toda a sua força criativa.

Ames (2002, p. 136) pergunta “qual a lição que Maquiavel pretende proporcionar com essa aparente inversão em relação ao sustentado até aqui acerca do papel da Fortuna ?” A resposta apresentada por Ames (2002, p. 136) dá conta de duas possíveis lições:

Uma primeira parece evidente: o político flexível, entendido como alguém que se adapta rapidamente às novas situações, sente a aproximação de modificações macro-estruturais e imediatamente determina de modo novo seus procedimentos, está sempre em vantagem ao político conformado e preso a estratégias de êxito comprovado. Por ser flexível, o dirigente pode dispor de um amplo arsenal de recursos e de métodos bem articulado. O político inflexível, ao contrário, devido à sua natureza unidimensional, fica preso a princípios, o que reduz repertório de meios. Quer dizer, a grandeza dos homens não está tanto em imprimir a própria marca na realidade modificando-a a seu favor, mas no conhecimento das regras do jogo adaptando seu agir a elas e usufruindo desse conhecimento para extrair o máximo de proveito possível. Há, porém, também outra lição: proporcionar uma explicação dessa constatação. Afinal, por que o homem não ajusta sempre seu modo de proceder ‘à natureza dos tempos?’ Maquiavel apresenta duas razões: ‘ou porque não é capaz de desviar-se sempre daquilo a que a natureza o inclina, ou porque, tendo sempre prosperado trilhando um certo caminho, não consegue convencer-se que é preciso afastar-se dele’.

Diante dessa compreensão, a Fortuna deixa de ser algo somente externo ao agente político e passa a ser uma faceta do próprio homem, algo imbricado com a própria natureza do ser humano. E essa ideia é exposta pelo próprio Maquiavel ao afirmar, na obra *O Príncipe* (2007, p. 239) que “... creio seja feliz aquele que conforme o seu modo de proceder com os atributos do tempo; do mesmo modo creio infeliz aquele cujo proceder diverge do tempo”.

Assim, a Fortuna não é um limite exterior à atuação do homem, mas, ao contrário, caracteriza-se como a oportunidade de agir que se encontra em estado latente no próprio homem. Maquiavel não chega a negar a influência da Fortuna nos assuntos humanos, mas, principalmente, reconhece que a Fortuna encontra-se interiorizada no ser humano, ou seja, faz parte do próprio modo de agir do homem e, portanto, só se manifesta perante uma incapacidade do próprio agente político. Em suma, a Fortuna somente existe porque o homem sem *virtù* a permite existir.

2.2 A *virtù*

Maquiavel não chega a definir *virtù* em suas obras, mas a utiliza em um contexto na qual designa como um agente político deve possuir capacidade, inteligência e ousadia para criar e transformar a realidade política. Isso mostra que Maquiavel não se preocupou em estabelecer um conceito fechado do termo *virtù*. O certo é que o homem de *virtù* deve ser capaz de subtrair dos fatores externos as condições de sua ação. Ames (2002, p. 138), sobre o conceito de *virtù*, afirma que

Virtù é empregada por Maquiavel para indicar todo aquele complexo de aptidões que permitem a certos homens destacar-se sobre a mediocridade geral e impor às coisas o rumo por eles decidido. É a capacidade de impor-se ao que é indeterminado ou tenebroso na vida, evidenciando, desse modo, o poder e a autonomia do homem. Homens de *virtù*, para Maquiavel, são aqueles cuja vontade decidida é acompanhada de outras qualidades que possibilitam a consecução de seus objetivos: inteligência para calcular os recursos a empenhar na ação, um vivo sentido de realidade, uma rápida compreensão do que cada circunstância possibilita ou autoriza e, quando necessário, a capacidade de adotar os recursos extraordinários, de simular e dissimular, de desprender-se dos escrúpulos da moralidade corrente, sempre que isso se impõe como condição de êxito para a ação.

Portanto, o conceito de *virtù*, tal como o conceito de Fortuna, foi reformulado por Maquiavel, afastando-o do conceito usual dos humanistas do quatrocento italiano. Sobre o tema, Skinner (2012, p. 154) afirma que

Maquiavel repeliu a convicção dominante de que o meio mais seguro de realizar esses fins (honra, glória e fama) consistia sempre em agir de modo convencionalmente *virtuoso*. Sobre esse aspecto, as *virtudes* que, em seu

período, eram consideradas necessárias ao governante, como a liberdade, clemência, honestidade, foram, de certa forma, abaladas pela teoria do autor. Pelo contrário, ele havia insistido no valor da fraude e da mentira, de forma a considerar que a experiência histórica havia mostrado que “os príncipes que realizaram maiores feitos foram aqueles que deram a palavra com ligeireza, que souberam enganar os homens pela astúcia e que, afinal de contas, triunfaram sobre aqueles que se pautaram pelos princípios da honestidade.

Prossegue Skinner (2012, p. 155):

da convicção de Maquiavel resulta que deixa de haver qualquer conexão necessária entre os conceitos de *virtù* e *virtude*. *Virtù* ficaria simplesmente identificada a quaisquer qualidades que, na prática, fossem. O conceito de *virtù* n’O Príncipe, assim, denota a qualidade de flexibilidade moral que se requer de um príncipe, ou seja, ele deve ter uma mente pronta a se voltar para qualquer direção, conforme os ventos da Fortuna e a variabilidade dos negócios o exijam.

A *virtù* enquanto ação política não é um momento prévio em que o agente político imagina situações ainda inexistentes e elabora um roteiro pormenorizado de ação. A ação política que decorre da *virtù*, nos estritos termos do pensamento de Maquiavel, é aquela que somente é possível de definição no momento em que o ato é praticado, ou seja, diante das circunstâncias específicas do tempo e do lugar em que a ação deva ser praticada. Obviamente, o ato de *virtù* deve vir acompanhado da inteligência e ousadia, do conhecimento, dos objetivos e finalidades do ato a ser praticado, sob pena de caracterizar-se somente como simples impulso. É o que nos demonstra Maquiavel por meio da metáfora do arqueiro, apresentada no O Príncipe (2007, p. 67):

[...] e fazer como os arqueiros prudentes, os quais, parecendo muito distante o lugar que desejam alvejar e conhecendo bem até que ponto vai a *virtù* do seu arco, põe a mira muito mais alta que o lugar mirado, não para atingir tão alto com a sua flecha, mas para poder, com a ajuda de sua mira alta, alcançar o alvo desejado.

Assim, Maquiavel entende a *virtù* como a qualidade de adaptar-se diante dos acontecimentos com o propósito de encontrar a medida mais adequada diante da ocasião. Para Ames (2002, p. 16)

Estes elementos revelam porque Maquiavel dá tanta importância à *virtù* do dirigente político. No curso de sua ação ele não tem onde apoiar-se: não pode contar com a segurança proporcionada por um ciclo regular dos

acontecimentos, como Políbio, nem consolar-se com a ideia de que a história chegará necessariamente ao fim previsto [...]. O homem de Estado maquiavelano depende exclusivamente de sua própria capacidade para determinar a resposta, impostergável, que a situação presente lhe formula: ‘o que fazer?’

Maquiavel afirma em *O Príncipe* (2007, p. 239) que “... creio seja feliz aquele que conforme o seu modo de proceder com os atributos do tempo; do mesmo modo creio infeliz aquele cujo proceder diverge do tempo”. Portanto, a característica essencial do homem de *virtù* é a flexibilidade diante das alterações das circunstâncias apresentadas pela história, pela vida e pelo agir dos demais homens. E essa concepção de flexibilidade do homem é a chave para decidir o embate entre Fortuna e *virtù*.

2.3 A supremacia da *virtù* sobre a Fortuna

A ideia da supremacia da *virtù* sobre a Fortuna pode ser encontrada, além dos exemplos já citados, nos seguintes trechos das obras *O Príncipe* (2007) e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (2007): no livro dois, capítulos um e dois dos *Discursos*, Maquiavel refuta a ideia de que Roma tenha se tornado uma república extraordinária graças à Fortuna, mas sim devido à *virtù* de seu fundador, de seus exércitos e de suas instituições. Em outra passagem, no *O Príncipe* (2007, p. 237), Maquiavel apresenta o enfrentamento entre a Fortuna e a *virtù* pela metáfora do rio que pode ser entendida em três momentos: no primeiro, Maquiavel compara a ação da Fortuna à ação do rio:

[...] e comparo a Fortuna a um desses rios danosos que quando se enfurecem, alagam as planícies, arruínam as árvores e os edifícios, levam a terra desta parte e põem-na noutra lugar: quando um foge em sua presença, todos cedem ao seu ímpeto sem poder impedi-lo de modo algum.

No segundo momento, Maquiavel diz que para que o enfrentamento ocorra é necessária a ação do homem de *virtù*, aquele que é capaz, por seu conhecimento, de antecipar a Fortuna:

E, ainda que sejam assim, aos homens nada impede que, quando os tempos estão calmos, tomem providências com proteções e diques: de modo que, ao se avolumarem depois, ou iriam por um canal ou o seu ímpeto não seria nem tão violento nem tão danoso

No terceiro momento, afirma Maquiavel que a ação da Fortuna se estabelece onde ela não encontra resistência e ordenamento, portanto, “Ocorre o mesmo à Fortuna, a qual demonstra o seu poder onde a *virtù* não é ordenada para resisti-la: e então volta o seu ímpeto para onde ela sabe que não se fizeram os diques e as proteções para contê-la”. Desse modo, a fortuna somente atua, pelos exemplos expostos por Maquiavel, onde a *virtù* não está presente. E a *virtù*, para Maquiavel, está sempre presente na flexibilidade do agente político. E essa ideia é exposta pelo próprio Maquiavel ao afirmar, na obra *O Príncipe* (2007, p. 239) que “... creio seja feliz aquele que conforme o seu modo de proceder com os atributos do tempo; do mesmo modo creio infeliz aquele cujo proceder diverge do tempo”. Nesse sentido, a Fortuna não tem espaço onde está presente a *virtù* do agente político, ou seja, o embate entre Fortuna e *virtù*, em última análise, é apenas parcial, existindo, tão-somente, onde o agente político não possui *virtù*. Onde a *virtù* está presente, a Fortuna nada pode.

4. Bibliografia primária:

MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O Príncipe*. 3ed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

5. Bibliografia complementar:

AMES, José Luiz. *Maquiavel a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: LM&P, 2012.